



**COMO PREPARAR UMA DISSERTAÇÃO
UM GUIA EM CINCO PONTOS**

**António M. Hespanha
Lisboa 2009/2010**

Apresentação

Ao elaborar e publicitar este curto documento, a Faculdade de Direito da UNL procura contribuir para que a elaboração e defesa de uma dissertação tendam para aquilo que isso deve, no essencial, ser: uma forma de iniciar os seus e as suas estudantes na investigação académica avançada, habituando-os a formas rigorosas, sistemáticas, partilhadas com a Escola, de produzir saber novo, de boa qualidade, internacionalizável, cuja avaliação constitua, não um teatro de formalidades e de rituais, mas uma forma exemplar de discussão e de avaliação científicas.

Em geral, a dissertação de mestrado terá características semelhantes à de doutoramento, mas aplicadas a objectos muito mais restritos, dado que é muito menor o período de que o/a candidato/a dispõe para a elaborar e também menores a profundidade e a exigência que lhe correspondem. Este Guia refere-se a ambas, não esquecendo que o protótipo de dissertação (ou “tese”, como a lei agora expressamente lhe chama) é a dissertação de doutoramento.

Também não deverá ser esquecido que a disciplina de Metodologia da Investigação Jurídica, leccionada na FDUNL no 2º Ciclo de Estudos (ou a completar no 3º, se não realizada anteriormente) faz parte integrante da preparação para a investigação académica, logo também para a elaboração de uma dissertação. Assim sendo, este Guia deve ser visto como um complemento natural do ensino nessa disciplina.

Agradeço ao Professor Doutor António Manuel Hespanha o facto de ter aceite o meu pedido e escrito este breve Guia que, na sua aparente simplicidade, é um texto sábio, sensato e sensível, que julgo será de grande utilidade para muitos dos e das estudantes que se aventuram na elaboração de uma dissertação de mestrado ou de doutoramento na FDUNL.

*Teresa Pizarro Beleza
FDUNL, Junho de 2009*

1. A natureza de uma dissertação.

- 1.1. O nome tradicional da dissertação é o de “tese” porque, até aos inícios do sec. XX, os candidatos deviam defender a pertinência de uma proposição por eles apresentada a discussão. Hoje, a dissertação não se caracteriza necessariamente por esse tom assertivo, podendo, no limite, consistir mesmo na formulação argumentada de um problema em aberto.
- 1.2. O que hoje caracteriza a dissertação é o esforço para, descrito o “estado da arte” de forma clara e completa, fazer avançar o saber nessa área. Assim, os seus méritos hão-de ser:
 - 1.2.1. O conhecimento – tendencialmente completo (incluindo as necessárias referências às questões teóricas subjacentes e às perspectivas transdisciplinares e comparativas) – da tradição e situação actual da questão tomada como objecto de estudo;
 - 1.2.2. A capacidade de problematização e de reflexão avançada sobre essa questão;
 - 1.2.3. A capacidade de ineditismo ou de inovação revelada no seu tratamento.
- 1.3. No actual plano de estudos, existem dois níveis a que se exigem dissertações – o mestrado e o doutoramento. O presente guia tem ambas em vista, sem prejuízo das suas diferenças, já aludidas na apresentação.

2. O objecto da dissertação.

- 2.1. O objecto da tese de dissertação deve ser *claramente delimitável*, embora o autor deva estar consciente das conexões que sempre há com outros objectos de estudo, o que mostrará, nos lugares oportunos, *de forma sucinta* e indicando a principal bibliografia sobre essas conexões ou remetendo para um autor que trate delas mais extensamente.
- 2.2. O objecto da dissertação deve conter ineditismo e novidade, em si mesmo ou na abordagem que dele será feita. Uma dissertação *não é* uma compilação ou simples sistematização de saber já existente.

Nota: Hoje é relativamente fácil descobrir “fontes ocultas” (por exemplo, textos publicados na *Internet*) de um trabalho pretensamente inédito e honesto. Como as consequências do plágio são devastadoras – anulação da dissertação, processo disciplinar necessário, fama pública de desonestidade – é simplesmente pueril recorrer à fraude na escolha e desenvolvimentos dele. É de notar bem que a fraude desqualifica um autor e que, em muitas das boas universidades, é motivo bastante para a expulsão definitiva.

- 2.3. O objecto da dissertação deve enquadrar-se na(s) temática(s) do curso em que a dissertação se insere.
- 2.4. A escolha do objecto da dissertação deve ter em conta o tempo prescrito para a sua realização, *não devendo nunca ser apenas o primeiro tramo de um tratamento cuja continuação se anuncia.*
- 2.5. A escolha do objecto da dissertação deve compatibilizar os interesses académicos do candidato com os conselhos do orientador relativos ao ineditismo do tema, a viabilidade do seu tratamento adequado em face do tempo disponível, as específicas competências do orientador e as suas disponibilidades para seguir, nesse tema, os trabalhos do orientado.
- 2.6. Na escolha do tema, as capacidades linguísticas do candidato podem constituir um condicionamento. Em princípio, o candidato deve poder ler, sem dificuldades de maior, o português, o castelhano, o francês, o italiano e o inglês. Para alguns temas, pode ser indispensável o domínio do alemão. Para temas históricos ou filosóficos, uma certa familiarização com o latim ou até mesmo com o grego pode ser necessária.

3. O desenvolvimento do tema.

- 3.1. A primeira fase do desenvolvimento de um tema constitui uma familiarização inicial com ele, que já pode servir como ponto de partida para um juízo sobre o estado da questão e para a recolha das primeiras fontes e da bibliografia secundária.
- 3.2. A segunda fase consiste na elaboração de um primeiro esboço de esquema de desenvolvimento, com as tarefas ligadas a cada ponto do esquema. Estas tarefas podem ser:
 - investigação teórica e metodológica;
 - trabalho de campo (ou empírico) - inquéritos, análise de conteúdos da imprensa ou de fontes textuais especializadas ou não, entrevistas;
 - alguma investigação histórica;
 - alguma análise sociológica, antropológica ou económica;
 - consultas a especialistas ou estágios em centros de investigação ou instituições especializadas (depois, a serem devidamente identificados);
 - leitura de fontes e de literatura secundária, etc. ...

É muito importante que um esquema preliminar seja feito quanto antes e discutido com o orientador, pois tal esquema dirige o trabalho futuro e evita

muitos esforços inúteis.

- 3.3. A terceira fase – que se pode iniciar enquanto prosseguem as anteriores e normalmente se prolongará durante as seguintes – é a da recolha sistemática de fontes e bibliografia secundária. O candidato pode socorrer-se das noções que obteve na disciplina de *Metodologia da Investigação Jurídica*, das indicações do seu orientador, ou, sempre, de trabalho de pesquisa pessoal, feita ou nos catálogos de boas bibliotecas especializadas ou por meio da *Internet*. A FD-UNL possui um serviço de intercâmbio universitário que permite obter por empréstimo obras que não existam na sua biblioteca, assim como se pode aceder, do seu *site*, a bases de textos, jurídicos ou outros. Na *Internet*, existem diversos fornecedores de cópias (pagas) de artigos.
- 3.4. A quarta fase da preparação da dissertação consiste na reflexão crítica sobre o esquema inicial, aperfeiçoando-o, completando-o ou corrigindo-o. Muito excepcionalmente, poder-se-á chegar ao pior dos resultados: o de que o tema ou esquema inicial de trabalho são de todo inadequados. Mas esta possibilidade tem de ser encarada e evitada desde o início, testando periodicamente, por si e em conversas com o orientador, a viabilidade do tema.

Nota: Dependendo dos estilos de cada um, haverá candidatos que começam, neste momento, a redigir pontos da dissertação dotados de alguma independência. É um método que tem vantagens: treina-se a escrita, testam-se dificuldades próprias, afinam-se as formulações, treinam-se os métodos de citação e fornecem-se ao orientador algumas amostras das características do candidato, sobre as quais ele poderá afinar também o estilo de orientação.

4. A redacção da dissertação.

A redacção da dissertação corresponde a um estágio de suficiente amadurecimento do saber e da reflexão sobre o tema.

Não há uma única forma de empreender esta fase. Há quem só comece a escrever quando tem o assunto bem claro; outros vão afinando a reflexão com o próprio processo de escrita. Uns começam pelo princípio, tentando formulações quase definitivas; outros progridem por aperfeiçoamentos decisivos, nem sempre correspondendo à ordem final dos temas.

Também o estilo é, evidentemente, pessoal.

Em todo o caso, há regras que convém seguir. Formulam-se algumas das mais gerais e importantes.

As primeiras qualidades da linguagem técnica são a sua precisão, clareza e economia: a redundância da expressão é um defeito, como o é a excessiva adjectivação, a reiteração de ideias, a equívocidade, as referências obscuras para o leitor normalmente informado. A extensão supérflua de um texto, como se a dimensão (longa) contasse, é um defeito. Como o é a busca de efeitos puramente

literários ou uso de frases sem conteúdo informativo. Quase tudo isto se nota bem numa segunda leitura, em que, como um estranho, nos perguntássemos sobre o sentido preciso e a utilidade de cada uma das nossas frases. Um exercício saudável é o de tentar reduzir, sem perdas significativas de sentido, os nossos textos anteriores. *Escrever muito, só por si, é muito mais um defeito do que uma qualidade.*

- 4.1. Com frequência cada vez maior, as Escolas estabelecem máximos de caracteres ou de palavras para as dissertações. Ao contrário do que muitos pensam, isto é um bem, com a condição de que, ao escolher o tema e ao fazer logo o seu primeiro esquema de desenvolvimento, isso tenha sido tomado em consideração, como o deve indispensavelmente ser. Os processadores de texto realizam hoje esse trabalho de contagem com toda a simplicidade. Os mais comuns permitem mesmo incluir, no início do texto, uma variável com os resultados das contagens, variável essa que pode ser periodicamente actualizada.
- 4.2. A correcção linguística é um elemento de clareza; mas é também um sinal importante de cultura e de bons hábitos de ler e de escrever. Da correcção linguística faz parte o bom uso da gramática (incluindo o uso dos modos e tempos verbais, a consistência no seu uso, as regras de sintaxe, as regências proposicionais dos verbos, as normas de pontuação, etc.) e da ortografia estabelecida oficialmente. O bom conhecimento da língua evita o uso de estrangeirismos desnecessários, ainda que constituam modismos; e isto revela ainda uma saudável imunidade ao senso comum e ao provincianismo.
- 4.3. As qualidades estéticas do texto valorizam-no; mas, neste género de literatura, têm um papel subordinado, embora – neste plano – muito meritório. Fugir dos lugares comuns, das frases gastas, de um “juridiquês” enfatuated e, normalmente, feio, da vulgaridade, de um excessivo coloquialismo, de cultismos e preciosismos, da complexidade propositada ou evitável, são formas de tornar os textos mais belos, menos previsíveis e, por isso, mais estimulantes. Uma ponta, bem doseada, de retórica na construção do discurso pode também ajudar.
- 4.4. Embora não se possa passar sem notas (bibliográficas, de indicação de fontes), um bom princípio sobre o uso das notas de pé de página é o de que uma ideia re-enviada para uma nota é uma ideia que fomos incapazes de integrar no fio do discurso principal. E que, portanto, deixámos pendurada, ao cuidado do leitor. Longas notas – que, realmente, constituem excursos fora do contexto principal do discurso – devem ser deixadas para artigos independentes. Abusar das notas é cortar ou desviar o fio da leitura, revelando uma falta de rigor analítico e de capacidade de distinguir o pertinente do supérfluo ou puramente impertinente.
- 4.5. Os textos de outros autores, quando literalmente citados, devem ser postos entre aspas, indicando a sua origem com precisão. A utilização de ideias alheias acerca de um certo ponto deve ser assinalada *escrupulosamente*

em nota; repetindo-se ao longo de um capítulo, basta uma nota inicial reconhecendo o que na escrita desse capítulo se deve a leituras alheias, bem referenciadas.

- 4.6. Há regras de citação – a ser aprendidas, se não antes, pelo menos na disciplina de *Metodologia da Investigação Jurídica* - que devem ser obrigatoriamente respeitadas. A edição e o número da página da edição usada nunca devem faltar, pois são indispensáveis para identificar o texto citado e assim permitir o controlo do que é citado. As cómodas expressões *supra*, *infra*, *passim*, *per totum* devem ser evitadas, porque não permitem uma identificação fácil do lugar citado. Também deve ser evitada a citação subserviente ou, em contrapartida, acintosa ou ofensiva.
- 4.7. O trabalho de elaboração final e mesmo de escrita da dissertação devem ser supervisionados pelo orientador. Em todo o caso, esta supervisão não deve ser feita de modo a coarctar a liberdade de criação do autor, nem desresponsabilizá-lo pelo resultado. O orientador não é nem um *ghost writer* (escritor fantasma), nem um seguro de vida.
- 4.8. A revisão do texto faz parte, ainda, da redação. É um trabalho exigente e demorado, sobretudo se se deixar para esta altura o completar das referências (isto pode criar dificuldades insuperáveis, nesta fase!), mas indispensável. Uma obra com gralhas, erros de remissão, citações incompletas ou erradas, falhas na bibliografia citada, indicia falta de cuidado, leviandade ou falta de respeito pelo leitor. Encontrar um colega que faça o favor de ler a dissertação, depois de acabada, é uma infelizmente rara felicidade, que nunca deve deixar de ser aproveitada e, naturalmente, penhoradamente agradecida.

5. Entrega da dissertação e sua defesa.

- 5.1. A lei e os regulamentos da Escola estabelecem prazos para a entrega da tese, bem como estipulam os procedimentos para a sua avaliação. Tem sido uma regra da FD-UNL um rigoroso cumprimento destas normas, nomeadamente no que respeita à observância dos prazos de marcação da sessão de defesa. Também é de destacar que, sem prejuízo do estrito cumprimento das normas legais e da procura de padrões elevados de qualidade, se têm observado as boas práticas em vigor nesta matéria: cumprimento dos tempos dados ao candidato para exprimir os seus pontos de vista, tratamento cordial do candidato, concessão a este de um período inicial de exposição do núcleo da sua dissertação, alargamento da participação dos membros do júri na discussão, com prévia informação do candidato, atenuação do formalismo excessivo do acto público de defesa da dissertação.

Bibliografia suplementar

Existem, naturalmente, muitos guias deste género, mais desenvolvidos, pensados para saberes do tipo do direito ou para outros. Tornou-se clássico o livro do clássico Umberto Eco, *Come si fa una tesi di laurea*, 1977 (tradução portuguesa, *Como se Faz uma Tese*, Presença, 1980), da qual há edições posteriores (também com traduções para português).

Para Portugal, ver algumas indicações muito úteis em <https://woc.uc.pt/feuc/class/geralsummary.do?idclass=679&idyear=5>

(programa e bibliografia da disciplina “Fontes de Informação Sociológica (Oficina de Projecto I)”.

Repositório de indicações sobre elaborações de dissertações de Doutoramento (EUA): <http://phdmastery.com/> ou http://www.ldeo.columbia.edu/~martins/sen_sem/thesis_org.html

Sobre elaboração de dissertações de doutoramento (guias práticos): E. Robert Schulman and C. Virginia Cox, “How to Write a Ph.D. Dissertation”, *Annals of Improbable Research*, Vol. 3, No. 5, pg. 8. (= <http://members.verizon.net/~vze3fs8i/air/airphd.html>); “How to Write a PhD Thesis” (<http://www.phys.unsw.edu.au/~jw/thesis.html>), com versões em outras línguas; “How Theses Get Written: Some Cool Tips Outline”, www.cs.toronto.edu/~sme/presentations/thesiswriting.pdf; S. Joseph Levine, Ph.D., “Writing and Presenting Your Thesis or Dissertation”, <http://www.learnerassociates.net/dissthes/>

Sobre a elaboração de artigos (*papers*) – que, sendo de qualidade comparável ao que se publique numa revista de referência internacional - poderão corresponder ao que se espera hoje de uma dissertação de mestrado – ver, v.g.: Oded Goldreich, “How to write a paper (revision of “How NOT to write a paper”)

<http://www.wisdom.weizmann.ac.il/~oded/writing.html> ; “How to Write a Term Paper. Some Guidelines”,

<http://www.fordham.edu/halsall/med/howto.html> ; “Weitzlab Guide to Good Paper Writing”,

www.seas.harvard.edu/projects/weitzlab/paper_guide.pdf ; Harvard Business School. Citation Guide. 2008–09 Academic Year, www.library.hbs.edu/guides/citationguide.pdf . Com mais conteúdo do que pode parecer: Mike Ashby, “How to Write a Paper”, www-mech.eng.cam.ac.uk/mmd/ashby-paper-V6.pdf ; ou Simon Peyton Jones, Microsoft Research, Cambridge, “How to write a great research paper”, research.microsoft.com/en-us/um/people/simonpj/papers/giving-a-talk/writing-a-paper-slides.

Especificamente sobre o trabalho de pesquisa de bibliografia e de jurisprudência e sobre o modo de as referir, ver José Manuel Meirim, *Como Pesquisar e Referir em Direito*, Coimbra Editora, 2008